

|                         |           |
|-------------------------|-----------|
| Acta N.º <b>14/2011</b> |           |
| Livro N.º               | Folha N.º |
| <b>35</b>               |           |

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL****ACTA N.º 14/2011 DE 02 DE JUNHO**

----- Aos dois dias do mês de Junho do ano de dois mil e onze, nesta vila, sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a décima quarta reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presentes os Srs. Vereadores Dr.ª Delfina Maria Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Ana Cristina Ribeiro dos Santos e Dr. Avantino Loureiro Beleza Vereadores em regime de não permanência. -----

----- Não compareceu à reunião o Vereador em regime de não permanência, Sr. Manuel Marques Custódio. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pelo Assistente Técnico Sr. Vítor Manuel Ferreira Marques. -----

-----E sendo a hora designada para início dos trabalhos, dez horas e dez minutos, e verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo e tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. -----

**----- INFORMAÇÕES -----**

----- Foram prestadas algumas informações que irão constar no texto definitivo. -----

**----- ORDEM DO DIA -----**

----- De seguida passou-se à análise da Ordem do Dia, oportunamente remetida à vereação nos termos legais: -----

----- **1 - Apreciação e votação do texto definitivo da acta da reunião ordinária de 19 de Maio do ano em curso.** -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da acta. ----

----- **2 – Manuel Marques Custódio**, Vereador em Regime de não Permanência – Por e-mail registado em 01.06.2011, informa que não pode estar presente na reunião de 02 de Junho de 2011, e solicita a justificação da respectiva falta. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade e escrutínio secreto justificar a ausência do Sr. Vereador à presente reunião. -----

**----- OBRAS PÚBLICAS -----****----- Por Empreitada -----**

----- **a) Empreitada de “Construção do Parque Desportivo Municipal de Vila Nova de Paiva”** – Adjudicatário: Embeiral - Engenharia e Construção, S.A. – Apreciação e votação

do auto de medição de trabalhos contratuais n.º 10, no valor excluído o IVA, de €45.995,20 – Informação n.º A-034/2011, da DOM, de 05.05.2011.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respectivo pagamento. -----

----- **b) Empreitada de “Beneficiação do Caminho Agrícola do Barreiro (Ligação Alhais/Touro/Póvoa)”** – Empreiteiro: Irmãos Guimarães, Lda. – Apreciação e votação do auto de medição de trabalhos de contrato n.º 1, no valor excluído o IVA, de €21.767,97 – Informação n.º 46-P/2011, da DOM, de 20.05.2011.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respectivo pagamento. -----

#### ----- **OBRAS PARTICULARES** -----

##### ----- **Licenciamento de Obras Particulares** -----

----- **a) Licenciamento de Obras Particulares no âmbito de competência delegada e subdelegada** no período compreendido entre o dia 01 e o dia 15 de Maio de 2011. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **b) José Manuel da Cruz Carvalho**, residente em Alhais – Construção de um edifício destinado arrumos, no Lugar da Moita da Galinha, em Alhais – Processo N.º 40/2009 – Declaração de caducidade do Alvará de Licença de Obras N.º 27/2010 - Informação N.º FM 89/2011, da DUA de 09.05.2011.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade declarar a caducidade do alvará de Licença de Obras N.º 27/2010, devendo o titular do alvará ser notificado nos termos e para os efeitos legais. -----

----- **c) José Duarte de Sousa**, residente em Fráguas – Alteração e ampliação de uma habitação, na Rua Nova do Pereiro, em Fráguas – Processo N.º 35/2000 – Declaração de caducidade do Alvará de Licença de Obras N.º 25/2002 - Informação N.º FM 81/2011, da DUA de 04.05.2011.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade declarar a caducidade do alvará de Licença de Obras N.º 25/2002, devendo o titular do alvará ser notificado nos termos e para os efeitos legais. -----

----- **d) José Fernando Oliveira Pinto**, residente em Touro – Construção de um barracão destinado a arrumos agrícolas, no Lugar do Carvalhal, em Touro – Processo N.º 112/2002 – Declaração de caducidade do processo de obras - Informação N.º FM 92/2011, da DUA de 12.05.2011.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade declarar a caducidade do processo de obras n.º 112/2002, devendo o titular do processo de obras ser notificado nos termos e para os efeitos legais. -----

|                         |           |
|-------------------------|-----------|
| Acta N.º <b>14/2011</b> |           |
| Livro N.º               | Folha N.º |
| <b>35</b>               |           |

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Exposição de Ilustração Científica “Ciência Narrada em Imagens” por Fernando Correia de 02 a 30 de Maio** – Informação 51/SEC/11, da Divisão Social e Cultural, de 27.04.2011 – Reembolso das despesas de deslocação do expositor, entre Coimbra/VNP/Coimbra. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar o reembolso das despesas de deslocação no valor de noventa e cinco euros e quarenta cêntimos. -----

----- **b) Sport Club Paivense, de Vila Nova de Paiva** – Por ofício de 10 de Maio de 2011 e registado em 10 de Maio de 2011 solicitam um subsídio para fazer face às despesas do Clube na presente época. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a concessão de um subsídio no montante de dois mil euros. -----

----- **c) III Concurso de Fotografia – “A Floresta no meu Concelho – Um Recurso a Preservar”** – Informação 68/SEC/GS/11, da Divisão Social e Cultural, de 23.05.2011 – Proposta de realização do III Concurso de Fotografia a realizar entre o dia 15 de Junho e 28 de Julho de 2011. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o Regulamento do Concurso e autorizar a atribuição de prémios no valor previsto de trezentos euros. -----

----- **d) Arrendamento urbano para fins não habitacionais (arrendamento comercial) à CEPSA Portuguesa Petróleos, S.A., das instalações municipais do Posto de Abastecimento de Combustíveis Líquidos sitas ao Largo do Ramalhal em Vila Nova de Paiva** – Proposta de deliberação do Sr. Presidente da Câmara de 27 de Maio de 2011. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 27 de Maio de 2011, do seguinte teor integral: -----

*“Considerando que:*

*a) Na sequência da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião extraordinária que teve lugar no dia 1 de Abril de 1992, foi autorizada a constituição do direito de superfície, pelo prazo de 15 anos, vigorando de 31 de Dezembro de 1992 a 30 de Dezembro de 2007, a favor da firma Posto de Abastecimento Alto Paiva, L.da, com sede em Vila Nova de Paiva, sobre um terreno urbano municipal sito ao Largo do Ramalhal em Vila Nova de Paiva, com área de 900 m2, mais tarde inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o n.º 1.071, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Paiva sob o n.º 1.058, direito de superfície titulado pela Escritura Pública n.º 05/93, de 15.04.1993, celebrada no Notariado Privativo desta Câmara Municipal, com efeitos desde 31 de Dezembro de 1992, tendo em vista a implantação de umas instalações de venda de combustíveis líquidos, lavagem automática de veículos automóveis e venda de acessórios para estes, o que foi concretizado, tendo aquela superfície celebrado contrato de fornecimento exclusivo de combustíveis com a sociedade Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.*

b) Por deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião ordinária que teve lugar no dia 6 de Dezembro de 2006, a requerimento da firma Posto de Abastecimento Alto Paiva, L.da, foi autorizada a renovação da cedência do referido direito de superfície, vigorando de 31 de Dezembro de 2007 a 30 de Abril de 2009, titulada pela Escritura Pública n.º 07/2007, de 12.12.2007, celebrada no Notariado Privativo desta Câmara Municipal;

c) Entretanto por negociações havidas em 2007 entre a Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A e a Total Portugal Petróleos, S.A., e comunicado oportunamente a esta Câmara Municipal, as actividades do referido posto de abastecimento passaram a ser da responsabilidade da Total Portugal Petróleos, S.A.;

d) Na sequência de solicitação da firma superficiária e da Total Portugal Petróleos, S.A., esta Câmara Municipal, por deliberação tomada em reunião ordinária que teve lugar no dia 3 de Outubro de 2007, e conforme contratualmente previsto, decidiu prescindir do direito de preferência relativamente à cessão de exploração do referido estabelecimento, que a firma superficiária e a TOTAL pretendiam celebrar, decisão de que as partes interessadas foram oportunamente notificadas;

e) Decorrente do reagrupamento das actividades em Portugal, da Total Portugal Petróleos, S.A., com as da Cepsa Portuguesa Petróleos, S.A, esta sociedade passou a gerir as actividades do supra referido posto de abastecimento, pelo que passou a titular a referida cessão de exploração anteriormente celebrada entre a firma superficiária Posto de Abastecimento Alto Paiva, L.da e a Total Portugal Petróleos, S.A.

f) Conforme respectivo clausulado do contrato de direito de superfície, findo o prazo do contrato – 30 de Abril de 2009 – todas as edificações instaladas no terreno ficam a ser propriedade da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, sem qualquer indemnização para a detentora do direito de superfície, firma Posto de Abastecimento Alto Paiva, L.da, sendo que as benfeitorias instaladas, para além das edificações, pertencentes à referida teriam de ser por esta retiradas no prazo de noventa dias a contar do termo do contrato, com a cominação de, não o fazendo, as mesmas reverterem para a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva;

g) Nesta conformidade, por ofício n.º 1.969/DAF/09, de 9 de Julho, foi a Cepsa Portuguesa Petróleos, S.A. notificada dessa circunstância. Entretanto esta firma assumiu e pagou a esta Câmara Municipal a renda do direito de superfície referente ao período de 31 de Dezembro de 2007 a 30 de Abril de 2009;

h) A solicitação da Cepsa Portuguesa Petróleos, S.A. em 27 de Julho de 2009, a Câmara Municipal, por deliberação tomada na reunião ordinária que teve lugar no dia 5 de Agosto de 2009, autorizou a manutenção em funcionamento do posto de abastecimento, durante o período do Verão, comprometendo-se aquela sociedade a desactivá-lo no prazo de uma semana após a notificação desta Câmara Municipal. Decorrido aquele período, foi aquela sociedade notificada pelo n/ ofício n.º 3.178/DAF/09, de 12 de Outubro, para proceder à desactivação do referido posto de abastecimento;

i) Entretanto por vicissitudes diversas, nomeadamente pelo facto de ser o único posto de abastecimento do Município com fornecimento de combustíveis líquidos por empresa distribuidora credenciada e, por outro lado, haver um acordo da Cepsa Portuguesa Petróleos, S.A. com a

|                  |           |
|------------------|-----------|
| Acta N.º 14/2011 |           |
| Livro N.º        | Folha N.º |
| 35               |           |

*Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Paiva, o posto de abastecimento tem-se mantido em actividade, sendo as instalações e benfeitorias da propriedade da Câmara Municipal desde 1 de Maio de 2009;*

*j) Importa entretanto regularizar a situação, tendo em consideração a proposta da Cepsa Portuguesa Petróleos, S.A., conforme carta datada de 25 de Maio de 2011, anexa.*

*Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo da alínea f), do n.º 1, do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibere como segue:*

*1.º) Autorize o arrendamento à Cepsa Portuguesa Petróleos, S.A, em regime de arrendamento para fins não habitacionais (arrendamento comercial) nos termos previstos no art.º 1.108.º e seguintes do Código Civil e normas aplicáveis da Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro e demais legislação complementar, das instalações municipais do posto de abastecimento de combustíveis líquidos sitas ao Largo do Ramalhal em Vila Nova de Paiva, com a renda anual de € 8.300,00 (oito mil e trezentos euros), que vigorará até 31 de Março de 2014.*

*2.º) Que a Cepsa Portuguesa Petróleos, S.A. assuma o pagamento do período de utilização das instalações desde o dia 1 de Maio de 2009 até à data de celebração do contrato de arrendamento, pagando, por esse período, o mesmo preço anual de oito mil e trezentos euros.*

*3.º) Conforme propõe a Cepsa Portuguesa Petróleos, S.A, a Câmara Municipal aceite, a título de subsídio, a importância de € 50.000,00 (cinquenta mil euros), destinada nomeadamente às despesas de reinstalação do parque infantil em outro espaço sito naquele mesmo Largo do Ramalhal, cumprindo-se assim, todas as regras de segurança e sinalética”.*

**----- DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria, com voto favorável do Sr. Presidente e da Sr.ª Vereadora Delfina Gomes e abstenção dos Srs. Vereadores Dr. Avantino Beleza e Dr.ª Ana Cristina Santos, aprovar a proposta do Sr. Presidente. -----

**----- e) Fixação das participações familiares pelos serviços de apoio à família no âmbito dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar para o ano lectivo de 2011/2012 –** Proposta da Sr.ª Vereadora Delfina Gomes de 01 de Junho de 2011. -----

----- Foi presente à reunião a proposta da Sr.ª Vereadora, datada de 01 de Junho de 2011, do seguinte teor integral: -----

*“1 – O Decreto-Lei n.º 399-B/84, de 28 de Dezembro, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, estabelece normas relativas à transferência para os municípios das novas competências em matéria de acção social em diversos domínios da educação, destinados nomeadamente às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do ensino primário (agora 1.º ciclo do ensino básico);*

*2 – Com a publicação do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de Abril, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, foi desenvolvido o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação, designadamente o alargamento da acção social escolar aos alunos do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, e a componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições e*

*apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar (que já vigorava na sequência da Lei Quadro da Educação Pré-Escolar aprovada pela Lei n.º 5/97, de 2 de Fevereiro, cujos princípios foram desenvolvidos pelo Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Julho);*

*3 – Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março, veio estabelecer o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da acção social escolar, que se aplica às crianças e aos alunos que frequentem a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário em estabelecimentos de ensino públicos, ou particulares e cooperativos em regime de contrato de associação, sendo que, conforme art.º 8.º, a responsabilidade do Estado pela prestação dos apoios no âmbito da acção social escolar é partilhada entre a Administração Central e os Municípios, nos termos daquele diploma, do Decreto-lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, e da demais legislação que regula as respectivas áreas de competência;*

*4 – O Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Junho, no desenvolvimento dos princípios consagrados na Lei n.º 5/97, de 2 de Fevereiro, determinava que as componentes não educativas da educação pré-escolar – alimentação (almoço) e prolongamento de horário – fossem comparticipadas pelas famílias de acordo com as respectivas condições sócio-económicas, sendo as normas reguladoras para a determinação das comparticipações familiares definidas no Despacho Conjunto n.º 300/97 de 7 de Agosto de 1997, dos Ministérios da Educação e da Solidariedade e Segurança Social, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 208, de 9 de Setembro de 1997;*

*5 – Contudo, veio dispor o n.º 1 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março, que o preço das refeições a fornecer às crianças e aos alunos nos refeitórios escolares dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e as demais regras sobre o respectivo pagamento são fixados por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, publicado no Diário da República, após consulta à Associação Nacional de Municípios Portugueses.*

*6 – No desenvolvimento disposição legal referida no número anterior foi publicado, para vigorar no ano lectivo de 2009/2010, o Despacho n.º 18.987/2009, de 6 de Agosto de 2009, do Ministério da Educação (publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 158, de 17 de Agosto de 2009), que se manteve para o ano lectivo de 2010/2011, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 14.368-A/2010, de 13 de Setembro de 2010, do Ministério da Educação (publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 179, de 14 de Setembro de 2010), que alterou para aquele ano lectivo nomeadamente os preços das refeições, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2010, pelo que não tem a Câmara Municipal, no âmbito da educação pré-escolar, de fixar ou determinar os preços das refeições dado serem fixados por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação;*

*7 – O referido Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março, nada dispôs sobre o modo de comparticipação das famílias em relação a outras actividades não pedagógicas no âmbito da educação pré-escolar, como sejam o serviço de prolongamento de horário e também o desenvolvimento de actividades nos períodos de interrupção lectiva, sendo de concluir que, em relação às comparticipações familiares pelo serviço de apoio ao prolongamento de horário, se*

|                         |           |
|-------------------------|-----------|
| Acta N.º <b>14/2011</b> |           |
| Livro N.º               | Folha N.º |
| <b>35</b>               |           |

*continuariam a aplicar as normas do Despacho Conjunto n.º 300/97, com as adaptações necessárias;*

*8 – Para o ano lectivo de 2010/2011, ainda em curso, a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, na sua reunião ordinária que teve lugar no dia 4 de Novembro de 2010, atendendo à conjuntura económica e social, aprovou o seguinte:*

*– a gratuidade do serviço de prolongamento de horário da componente de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar;*

*– uma comparticipação familiar, por criança, que inclui o custo de refeição (almoço), correspondente a dois euros e cinquenta cêntimos diários, nas seguintes interrupções lectivas:*

*- de 27 a 31 de Dezembro de 2010 - doze euros e cinquenta cêntimos;*

*- de 15 a 21 de Abril de 2011 - doze euros e cinquenta cêntimos;*

*- de 11 a 29 de Julho de 2011 - trinta e sete euros e cinquenta cêntimos.*

*9 – A Câmara Municipal ainda não dispõe de regulamentação ou quadro normativo legalmente eficaz sobre a matéria, sendo no entanto de equacionar brevemente e a submeter a parecer favorável do Conselho Municipal de Educação (CME) deste Município, tendo em consideração nomeadamente o disposto na alínea e), do n.º 1, do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro;*

*10 – Importa agora, para o ano lectivo de 2011/2012, definir as comparticipações familiares pelos serviços de apoio ao prolongamento de horário e desenvolvimento de actividades nos períodos de interrupções lectivas propiciados pela Câmara Municipal no âmbito da educação pré-escolar;*

*Assim, considerando que:*

*a) A actual conjuntura de crise económica, agravada com as medidas de austeridade que irão ser implementadas decorrentes do memorando de entendimento de ajuda externa a Portugal recentemente negociado pelo Governo com instâncias internacionais, irá previsivelmente determinar a contracção da actividade económica projectada para os próximos dois anos, traduzindo-se num possível quadro recessivo que deverá reflectir a incerteza quanto às perspectivas de rendimento e riqueza das famílias associada à deterioração das condições no mercado de trabalho;*

*b) A Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva não pode ficar indiferente ou insensível às implicações que tal quadro económico recessivo terá no rendimento disponível das famílias, atendendo nomeadamente à situação socioeconómica da generalidade dos agregados familiares do Município;*

*Face ao exposto, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que, ao abrigo da alínea I), do n.º 1, do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterado e republicado pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tendo em consideração o princípio da participação da família na comparticipação dos custos das componentes não educativas da educação pré-escolar a que se refere o n.º 2 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Junho, delibere aprovar, excepcionalmente, as seguintes comparticipações familiares no custo das componentes não educativas de serviço de apoio ao prolongamento de horário e desenvolvimento*

*de actividades nos períodos de interrupções lectivas, das crianças que frequentem a educação pré-escolar em estabelecimentos públicos da área do Município, no ano lectivo de 2011/2012:*

*1.º – Comparticipação familiar no serviço de apoio ao prolongamento de horário:*

*– Escalão A – Escalão 1 do abono de família (AF) – Gratuito*

*– Escalão B – Escalão 2 do AF – € 0,34/dia (€ 0,34 x 22 dias úteis = € 7,50)*

*– Restantes escalões do AF – € 0,68/dia (€ 0,68 x 22 dias úteis = € 15,00)*

*2.º – Comparticipação familiar diária, por criança, que inclui o custo de refeição (almoço), nos períodos de interrupções lectivas – € 2,50.”*

**----- DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta da Sr.<sup>a</sup> Vereadora. -----

**-----f) Nomeação do Interlocutor Municipal junto dos serviços locais da Direcção Geral dos Impostos para efeitos do disposto nas alíneas a) e b) do art.º 62.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 1 de Junho de 2011.** -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 01 de Junho de 2011, do seguinte teor integral: -----

*“Considerando que:*

*a) Nos termos das alíneas a) e b) do art.º 62.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), compete à Comissão Nacional de Avaliação de Prédios Urbanos (CNAPU), propor trienalmente o Zonamento em cada Município, com base designadamente em elementos fornecidos pelos peritos locais e regionais e pelas entidades representadas nessa Comissão, para vigorarem por três anos seguintes em cada Município;*

*b) O ponto 7.4 do Protocolo celebrado em 05 de Junho de 2003 entre o Ministério das Finanças e a ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses, no âmbito da reforma da Tributação sobre o património, refere que “em cada Município, por deliberação da respectiva Câmara Municipal, será nomeado um técnico com habilitações adequadas, para servir de interlocutor junto dos serviços locais da Direcção-Geral dos Impostos e os coadjuvar, nomeadamente na fixação do Zonamento de cada um deles”.*

*Assim, em conformidade com o articulado do ponto 7.4 do referido Protocolo, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que delibere nomear o Arq. Paulo Jorge Esteves Lopes, licenciado em arquitectura, trabalhador desta Câmara Municipal em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (transitado da nomeação definitiva), com a categoria de Técnico Superior (área de arquitectura), da carreira geral de técnico superior, actualmente em regime de comissão de serviço nas funções de Chefe da Divisão de Urbanismo e Ambiente (DUA), para servir de interlocutor desta Câmara Municipal junto dos serviços locais da Direcção Geral dos Impostos e os coadjuvar, nomeadamente na fixação do Zonamento para efeitos do disposto nas alíneas a) e b) do art.º 62.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI).”*



----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente acta foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----

----- ENCERRAMENTO -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas e vinte e cinco minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente e por mim que a secretariei. -----

[illegible]

[illegible]